

SEMIÓTICA TEMPORAL: O PASSADO COMO EXPRESSÃO DO FUTURO

TEMPORAL SEMIOTICS: THE PAST AS AN EXPRESSION OF THE FUTURE

NILTHON FERNANDES

RESUMO: Este artigo investiga como a semiótica constrói o tempo como efeito de sentido e articula passado, presente e futuro. A partir de Greimas e Courtés, explora-se a temporalização como processo discursivo que transforma sequências narrativas em cronologias significativas. Em Landowski, analisa-se a variação das escalas temporais e os regimes de significação, mostrando como a pandemia revelou disputas entre leituras imediatistas e programáticas do futuro. Com base em Flores, discute-se a enunciação como espaço de construção do presente, considerando a posição do sujeito em relação à cena narrada, ou seja, vivência ou atualidade. O artigo argumenta que o passado não apenas antecede, mas prefigura o futuro como herança, advertência, promessa ou ameaça. Para tanto, utilizamos as modalidades como poder-ser, dever-ser e poder-fazer que estruturam os sentidos do tempo, evidenciando as formas pelas quais projetamos o porvir com base em experiências passadas e posicionamentos presentes. É com essa organização que a semiótica nos permite descrever criticamente esses processos, mostrando como discursos mobilizam memórias e expectativas em narrativas temporais que constroem sentidos sociais, políticos e culturais do tempo.

Palavras-chave: Semiótica do tempo; Narrativa; Modalização; Enunciação.

ABSTRACT: This article investigates how semiotics constructs time as an effect of meaning and articulates past, present, and future. Drawing on Greimas and Courtés, it explores temporalization as a discursive process that transforms narrative sequences into meaningful chronologies. Based on Landowski, it analyzes the variation of temporal scales and regimes of meaning, showing how the pandemic revealed tensions between immediate and programmatic

readings of the future. Through Flores, the article discusses enunciation as a space for the construction of the present, considering the subject's position in relation to the narrated scene – whether as lived experience or current action. The argument put forth is that the past not only precedes but also prefigures the future – as inheritance, warning, promise, or threat. To support this, we employ modalities such as “can-be,” “must-be,” and “can-do,” which structure the meanings of time, highlighting the ways in which we project the future based on past experiences and present stances. Through this framework, semiotics enables a critical description of these processes, revealing how discourses mobilize memories and expectations in temporal narratives that shape the social, political, and cultural meanings of time.

Keywords: Semiotics of time; Narrative; Modalization; Enunciation.

INTRODUÇÃO

O estudo semiótico do tempo ou da temporalidade busca compreender como construímos, por meio dos discursos, a relação entre passado, presente e futuro. Ao contrário de abordagens clássicas da filosofia, como a proposta por Henri Bergson, que diferencia o tempo vivido – a duração – do tempo cronológico, a perspectiva semiótica não trata o tempo como uma estrutura objetiva e mensurável, mas como um efeito de sentido que surge das práticas discursivas e narrativas. Para Bergson (2020, p. 46), a duração é contínua, qualitativa e heterogênea, marcada pela fluidez dos estados de consciência e pela experiência subjetiva do tempo, que escapa à fragmentação impos-

ta pela medição. Essa concepção aproxima-se da semiótica ao valorizar o tempo como experiência vivida, constituída por formas de expressão e organização do sentido. Em outras palavras, na semiótica, o tempo é concebido como um efeito resultante da significação, ou seja, um produto dos regimes discursivos que organizam e estruturam as experiências e formas de expressão (Greimas; Courtés, 2013, p. 497).

Com base nessa proposição, o objetivo desse artigo é o de analisar a construção semiótica do tempo ou a temporalidade, enfatizando como o passado pode funcionar como expressão ou prefiguração do futuro. Para isso, fundamentamo-nos em três vertentes teóricas principais: (i) os conceitos de *temporalização*, *modalização* e *actorialização* presentes no *Dicionário de semiótica* (Greimas; Courtés, 2013, p. 497, 314, 20); (ii) as reflexões de Eric Landowski sobre as diferentes escalas temporais e os regimes de significação do sentido social do tempo, enfatizando o contexto contemporâneo de crise (Landowski, 2021, p. 310); e (iii) as contribuições de Roberto Flores acerca da relação entre presença, do sujeito enunciator e a temporalidade enunciativa, examinando como o presente se configura na interação entre observador e acontecimento (Flores, 2024).

Compreender semioticamente o tempo é relevante porque as noções de passado e futuro não são neutras, são constantemente moldadas por discursos historiográficos, midiáticos, políticos ou deliberativos, jurídicos e demonstrativos que atribuem sentidos particulares à memória no passado e à expectativa do futuro. A ideia de “o passado como expressão do futuro” sugere que os conteúdos do passado, proporcionados por valores culturais, experiências históricas ou narrativas conhecidas, servem de base, modelo ou antítese para projetar o porvir, seja como herança a ser cumprida ou como algo a ser evitado ou superado. Assim, uma análise semiótica permite descrever os mecanismos pelos quais o passado é mobilizado para significar o vaticínio do futuro como promessa ou ameaça.

Como metodologia, trata-se de uma pesquisa teórica de caráter qualitativo, baseada em revisão biblio-

gráfica e análise conceitual. Utilizaremos os referenciais da semiótica discursiva para definir categorias analíticas de tempo e modalidade; em seguida, recorreremos à sociosemiótica de Landowski para entender diferentes regimes de sentido ligados a temporalidade como, por exemplo, tempo cotidiano vs. tempo de crise; e, por fim, aplicaremos os *insights* da semiótica discursiva de Flores e Fontanille sobre enunciação para compreender o papel da presença do sujeito na construção do tempo presente. O texto está organizado em seções que refletem essa trajetória teórica, partindo desses fundamentos para convergir nas considerações finais que sintetizam a visão semiótica do tempo como um fenômeno relacional entre passado e futuro.

A CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DO TEMPO

A semiótica discursiva aborda o tempo como um componente construído no nível do discurso ou do fenômeno enunciado. Greimas e Courtés introduzem o conceito de temporalização para descrever o conjunto de procedimentos pelos quais uma história adquire uma dimensão temporal significativa. Assim como a espacialização e a actorialização, a temporalização é considerada um subcomponente da discursivização, dependendo dos mecanismos temporais de debreagem e embreagem ligados à instância da enunciação. Em termos simples, *temporalizar* um discurso é dotá-lo de uma sequência temporal perceptível, convertendo a lógica interna dos eventos narrados em uma cronologia inteligível. Greimas e Courtés (2013, p. 497) definem que a temporalização envolve pelo menos três etapas:

- Programação temporal: conversão do eixo lógico das pressuposições (a ordem lógica dos programas narrativos, do tipo se X então Y) em um eixo de consecutividades, isto é, em uma ordem temporal e pseudo-causal dos acontecimentos narrados. Aqui, estabelece-se uma sequência antes/depois para eventos que, no plano fundamental, podiam estar relacionados por lógica de

condições ou objetivos.

- **Localização temporal:** por meio dos mecanismos de embreagem e debreagem temporais (indicadores de tempo, advérbios temporais, tempos verbais etc.), o discurso segmenta e organiza a sucessão dos estados e eventos, criando um quadro temporal de referência dentro do qual a narrativa se desenvolve. Essa localização posiciona os acontecimentos em um *quando*, delineando passado, presente e futuro da história contada.
- **Aspectualização:** transformação das funções narrativas concebidas de modo lógico em processos vistos sob um certo *aspecto* temporal pelo olhar de um observador inscrito no discurso. Ou seja, introduz-se no relato a dimensão da duração, da frequência, do ritmo e do ponto de vista temporal (por exemplo, mostrar uma ação em seu início, em seu desenvolvimento ou em seu fim, conforme “enxergada” por um sujeito da enunciação).

Em outros termos, a temporalização produz o efeito de sentido de temporalidade, convertendo uma organização narrativa atemporal em uma história situada no tempo (Greimas; Courtés, 2013, p. 497). Isso significa que, sem os marcadores e estruturas temporais, teríamos apenas uma lógica de eventos, mas não a impressão de um desenrolar temporal concreto. Por exemplo, uma narrativa pode ter uma sequência lógica de ações (ex.: preparar-se; enfrentar desafio; obter resultado); porém, é por meio da temporalização que entendemos essas ações como ocorrendo numa sucessão: primeiro ocorreu a preparação (passado), agora acontece o enfrentamento (presente), em seguida ocorrerá o desfecho (futuro).

Além do nível narrativo, a semiótica aborda o tempo também no nível da enunciação. Todo ato de enunciação instaura um presente enunciativo ou o momento do discurso, com seus correlatos de pessoa (eu/tu), espaço (aqui/alhures) e tempo (agora/então). Essa tríade de coordenadas dêiticas – eu/aqui/agora – define o que chamamos de presente do discurso ou presente enunciativo. No vocabulário semiótico, costuma-se distinguir o tempo da história, o encadeamento temporal dos eventos

narrados, resultante da dessa temporalização, e o tempo da enunciação, o momento em que alguém enuncia o discurso, estabelecendo um eu, no aqui e agora para o ato de linguagem. Essa distinção guarda semelhança com tempo cronológico de Bergson, mas com uma diferença: a semiótica não toma o presente, passado e futuro como dados absolutos, e sim como posições relacionais criadas no e pelo discurso (Flores, 2024, p. 117). Por exemplo, no tempo linguístico o “agora” de um narrador pode situar-se no futuro em relação aos eventos narrados, como em *flashbacks*, ou o passado pode ser apresentado como algo vivo no presente da enunciação, como quando contamos uma memória vívida no tempo presente.

Do ponto de vista semiótico, o tempo é construído: tanto na dimensão narrativa, pela temporalização que organiza uma cronologia e confere “realidade” temporal à história contada, quanto na dimensão enunciativa, pela ancoragem do discurso em um presente, de onde se depreendem um passado e um futuro relativos. Essa construção semiótica do tempo é importante para se entender como os discursos articulam o passado e o futuro de maneira significativa.

ESCALAS DO TEMPO E REGIMES DE SIGNIFICAÇÃO

A experiência temporal humana pode assumir diferentes escalas – do instante fugaz à longa duração histórica – e esses turnos influenciam a maneira como se atribuem sentido aos acontecimentos. Landowski (2021, p. 309) argumenta que eventos idênticos podem ser interpretados de formas contrastantes dependendo da escala temporal em que são enquadrados e do regime de significação que se adota para entendê-los. Em situações de crise, como uma guerra ou uma pandemia, torna-se evidente como as referências temporais habituais se desorganizam, exigindo novos parâmetros de sentido.

Landowski descreve, por exemplo, a vivência da pandemia de covid-19 como marcada por um sentimento generalizado de desregulação do tempo: as rotinas e planos projetados no futuro próximo foram suspensos, instaurando-se uma espécie de presente contínuo e incerto. Nesse contexto, o semioticista nota uma diferença significativa entre dois modos de compreender a duração da crise: alguns indivíduos e autoridades buscavam situar a pandemia numa escala de médio ou longo prazo, vislumbrando medidas de precaução e estratégias de saída que exigiam paciência temporal; outros, por sua vez, permaneciam presos a uma escala de curto prazo, experimentando qualquer prolongamento das restrições como uma privação intolerável (Landowski, 2021, p. 313). Desta forma, políticas públicas pensadas como investimentos para um futuro mais seguro eram percebidas por quem não conseguia sair do imediatismo, apenas como perdas presentes. Não por acaso, registrou-se o clamor de muitos pela volta imediata à normalidade – “Maldito ano!” queixavam-se alguns, incapazes de aceitar uma distinção entre o tempo excepcional da tragédia e o tempo ordinário da vida cotidiana. Esse exemplo ilustra como diferentes escalas temporais, como curto e longo prazos, geram diferentes avaliações semióticas de um mesmo fenômeno: a pandemia podia ser lida como sacrifício temporário necessário em favor de um futuro, de regime de prudência programática, ou como opressão insensata no presente, como regime de frustração imediatista, dependendo da perspectiva temporal adotada.

Outro aspecto analisado por Landowski diz respeito aos regimes de significação do tempo em períodos de normalidade versus excepcionalidade. Em “tempos normais”, por exemplo, de paz e estabilidade, o tempo é vivido de forma descontraída, quase invisível, ou seja, um presente contínuo onde se tem a impressão de que tudo sempre foi assim e continuará sendo. Nos momentos moderados, muitas vezes, se esquecem as origens (o começo perdido no passado) e não se pensa no fim (o futuro parece indefinido ou ignorado). É como se vivêssemos em uma duratividade serena e ilimitada, um presente eterno em que o fluxo do tempo não exige atenção. Entretanto,

durante os tempos singulares, como guerras, revoluções ou desastres, a experiência temporal muda diametralmente de regime. Esses períodos têm geralmente um começo marcado por um acontecimento brusco e memorável, como o acidente inaugural ou o início de uma guerra ou a declaração de uma pandemia, e passam a ser vividos de modo teleológico, ou seja, orientados para um fim esperado. No caso de uma guerra, após o choque inicial, instala-se um tempo de combate em que cada dia é percebido em função do término final almejado – a vitória. Da mesma forma, Landowski (2021, p. 314) observa que o tempo de exceção pandêmico foi vivido como um tempo de combate estendido rumo a um desfecho, no qual se depositava a esperança de uma vitória sobre o vírus, obtida por esforços coletivos e científicos, que permitiria o retorno à normalidade.

Esse contraste pode ser resumido num ciclo temporal esquemático identificado por Landowski:

- Tempo suspenso (paz/normalidade): uma durabilidade serena, vivida como se não tivesse limites (um presente que se prolonga indefinidamente, sem consciência clara de começo ou fim).
- Acidente: um evento inesperado e insensato que rompe abruptamente a continuidade (por exemplo, o início de uma guerra, um desastre, o surto de um vírus).
- Tempo de exceção: um período de crise e combate, em que o tempo parece “esticado” em direção a um objetivo final (vive-se na urgência, contando o tempo até o término da situação excepcional).
- Vitória (ou resolução): o final programado e idealizado, concebido muitas vezes como promessa de retorno ao estado anterior ou de superação do patamar anterior – ou seja, projeta-se que, com o fim da crise, ou voltaremos ao “normal” de antes ou alcançaremos um nível melhor do que o prévio.
- Novo tempo suspenso: caso a vitória de fato restaure a ordem, entra-se novamente em uma fase de duratividade sem limites, um “novo normal” que, até prova em contrário, será vivido como se pudesse durar para sempre.

Nessa dinâmica, vemos que o passado e o futuro se interrelacionam constantemente. O “antes”, ou seja, o tempo normal pré-crise, vira uma espécie de paraíso perdido que se espera recuperar; o “depois”, o futuro pós-crise, é imaginado como restauração desse passado de promessa de retorno, isto é, como transcendência de promessa de superação. Landowski nota, sobretudo, que nem todos encaram o futuro pós-crise de maneira cíclica. Há aqueles que veem a ruptura causada pelo acidente como oportunidade de um salto adiante: em vez de um retorno ao estado anterior, antecipam um progresso, uma espécie de ultrapassagem histórica. Durante a recente pandemia, por exemplo, muitos pensadores “visionários ou humanistas inveterados” nutriram a ideia de um futuro radiante, no qual a humanidade, depois de provada e sofrida, sairia virtuosamente melhorada, mais solidária, mais consciente, regenerada pelos aprendizados do desastre. Expressões como “Nunca mais isto!” surgiram nesse contexto: o mal vivido é colocado no passado e dele se extrai uma resolução para o futuro, como se a experiência fosse garantia de virtude duradoura dali em diante. Em termos semióticos, esse discurso insere o acontecimento traumático numa narrativa de redenção: o passado sofrido passa a significar uma promessa de felicidade futura, uma vez que o sofrimento foi o preço por um aprendizado moral para um “amanhã” melhor.

Entretanto, Landowski (2021, p. 314) alerta para os perigos e ilusões contidos nesse regime de significação utópico. Segundo ele, não há sinais verossímeis, nem políticos, nem culturais ou sociais, de que um desastre como a pandemia, por exemplo, vai milagrosamente produzir um mundo novo e melhor, de maneira oposta, tal “devaneio místico-filantrópico” pode servir apenas para reconfortar as pessoas no imaginário, enquanto se apressam em retomar o velho modo de vida assim que possível. Essa moralização do futuro, pintar o porvir com cores serenas e sorridentes, tende a reforçar a alienação, pois dispensa uma crítica real das condições que levaram à crise que, acaba lançando, temas escatológicos convencionais sem base concreta. Em outras palavras, a promessa de um futuro utopicamente melhor pode

funcionar como ideologia de compensação, impedindo a coletividade de tirar conclusões mais sóbrias e efetivas do evento vivido. Sob esse aspecto, a suposta “expressão do futuro” contida no passado imediato, com sofrimento redentor, acaba por ser uma leitura tendenciosa, isto é, uma construção de sentido que mostra mais os anseios culturais, de ver sentido no caos, do que uma realidade temporal de fato.

Desta maneira, quando retornamos à noção de regimes de significação, concluímos que diferentes contextos e práticas sociais acionam distintos “modos de sentido” para o tempo. Landowski, em outros trabalhos, distingue regimes como o programático, onde as ações seguem um plano e o tempo é linear e previsível, e o aleatório, onde o acaso domina e o tempo aparece como contingência, entre outros. Nas escalas do tempo aqui discutidas, vemos reflexos desses regimes: no tempo de paz ou ordinário (programação), o futuro como extensão natural do presente programado; o acidente (aleatório), o futuro irrompe de forma imprevista; no tempo de exceção (regime de manipulação estratégica), o futuro é um objetivo a ser conquistado ativamente; e na promessa utópica (regime do imaginário), o futuro é investido de sentido moral. Assim, as escalas do tempo, de curta, média ou longa duração, e os regimes de significação associados, de continuidade, ruptura, finalidade e utopia, desenharam os diferentes modos pelos quais o passado e o futuro se articulam em discursos e experiências.

PRESENÇA E TEMPORALIDADE ENUNCIATIVA

A semiótica discursiva nos instrui que não basta considerar a ordem cronológica dos eventos; é preciso também entender quem enuncia os eventos e de que lugar (aqui/agora) esse enunciatador fala. Presença e tempo estão intimamente ligados na enunciação: o presente, afinal, é sempre presente para alguém. Roberto Flores (2024, p. 116) explora essa relação ao estudar o presente

enunciativo e as formas de presença do observador no discurso. Segundo ele, tempo presente e presença são noções indissociáveis e que a definição do “agora” depende de um sujeito observador que se coloca em um determinado momento e lugar (Flores, 2024, p. 116). Em outros termos, o presente não é somente um tempo objetivo, mas a concomitância entre um sujeito e um acontecimento, ou seja, é o tempo vivido pelo sujeito.

Flores argumenta que, nos enunciados linguísticos, as marcas de presença do enunciador não aparecem meramente como simulacros, como simples representações fictícias, mas constituem parte integrante da relação comunicativa. Todo enunciado não só descreve uma situação, mas ao ser proferido, ele se inscreve naquela situação e, de certo modo, contribui para criá-la (Flores, 2024, p. 115). Por exemplo, ao dizer, em uma enunciação enunciada, “eu estou aqui agora testemunhando este evento”, o enunciador efetivamente realiza sua presença na cena descrita – a linguagem não é transparente, mas performativa, constituindo vínculo entre o sujeito e o mundo no ato do dizer. Dessa forma, o enunciador, ao enunciar, determina subjetivamente a distância que o separa do conteúdo enunciado, isto é, da cena que seu discurso constrói. Ele pode posicionar-se como interno ou externo aos fatos narrados, próximo ou distante emocionalmente, engajado ou neutro, cujas escolhas modulam a temporalidade do discurso, sendo um presente “quente” vivido ou um presente “frio” reportado.

Para definir tecnicamente, se tomamos o presente como o tríade dêitica eu/aqui/agora da enunciação, então o uso de formas verbais do presente, como, por exemplo, o tempo presente do indicativo, implica um modo de presença do enunciador naquilo que é enunciado. Entretanto, essa presença enunciativa não se produz de modo único e invariável; ela admite diferentes graus e modos, de acordo com a distância cognitiva e perceptiva que o enunciador estabelece em relação à cena narrada (Flores, 2024, p. 116). Consequentemente, conforme há modulação nessa distância, o “presente” ganha matizes distintos: podemos ter um presente imediato e vivido

ou um presente distanciado e atual, isto no sentido de “atualidade reportada”. Flores baseia-se em uma tipologia proposta por Jacques Fontanille (1989, p. 19) para classificar as maneiras pelas quais o actante observador “faz-se presente” em uma cena discursiva:

- Focalizador: o observador/enunciador mantém máxima distância em relação ao enunciado. Ele está completamente fora da cena, limitando-se a focalizar ou descrever os acontecimentos de um ponto de vista externo. Corresponde a um enunciador puramente cognitivo, que não se envolve emocional ou pragmaticamente com a situação – ele apenas observa e relata. (Exemplo: um narrador onisciente que descreve friamente os fatos, sem participação).
- Espectador: o observador continua externo à cena narrada, porém recebe alguma manifestação figurativa dela, ou seja, ele “vê” a cena como espectador, talvez com certa riqueza sensorial ou perceptiva. Ainda não intervém nos eventos, mas existe um grau de presença perceptiva maior que a do focalizador. Segundo Flores, tanto o focalizador quanto o espectador operam predominantemente na dimensão cognitiva, mas o espectador começa a introduzir a dimensão tímica (emocional), pois, ao visualizar a cena, uma vez que isso o afeta.
- Assistente: o observador situa-se dentro da cena, porém permanece alheio aos sucessos que nela ocorrem, isto é, ele está presente no espaço dos acontecimentos, mas atua apenas como coadjuvante ou testemunha, sem interferir nos rumos da ação. Imagine, por exemplo, uma personagem que está presente fisicamente em uma cena, mas não muda o curso dos eventos principais. O assistente, por estar inserido na cena, envolve-se cognitiva e emocionalmente, pois a proximidade tende a engajá-lo afetivamente, mas ainda não exerce ação decisiva. A dimensão pragmática (ação) permanece relativamente passiva nesse modo.
- Participante: aqui o observador é ele próprio um ator na cena narrada, desempenhando um papel ativo nos acontecimentos. É o caso de um

narrador-personagem em primeira pessoa ou de qualquer sujeito que age dentro da história no momento em que esta ocorre. O participante apresenta o grau máximo de envolvimento: ele está presente e atuante. Assim, todas as dimensões discursivas estão implicadas, a cognitiva, ele conhece a situação por dentro; a tímica ou passional, ele vive as emoções do momento; e a pragmática, ele executa as ações que influenciam a cena.

De acordo com essa tipologia, distância e participação são variáveis-chave que determinam o modo de presença do enunciador no presente narrado (Fontanille, 1989; Flores, 2024). Quanto maior a distância, mais o presente tende a ser tratado como “atualidade” relatada; quanto maior a participação, mais o presente é sentido como “vivência” imediata. Fontanille ressalta ainda que essa distância enunciativa envolve três dimensões: a ação, o conhecimento e a emoção, e diferentes configurações produzem efeitos de sentido diferentes (Fontanille, 1989, p. 21). Por exemplo, se a cena requer apenas cognição do enunciador, como no caso do focalizador ou do espectador, que observam sem agir, o enunciado resultante será “frio”, desprovido de carga afetiva. Se há emoção envolvida, como no caso do assistente ou do participante, o discurso ganha matizes emocionais e o saber do enunciador sobre a cena adquire o status epistemológico e doxológico, isto é, mistura de conhecimento e envolvimento afetivo de crença. E se há ação em jogo, como no participante, o presente narrado não é apenas contado – ele é performado pelo sujeito, conferindo ao discurso um caráter ativo e comprometido.

Com base nessas distinções, Flores (2024) aponta que podemos distinguir pelo menos dois grandes modos de temporalidade enunciativa: o presente vivido, de presença próxima, e o presente atual, de presença distanciada. O presente vivido corresponde a situações em que o enunciador está em estreita proximidade com o acontecimento, seja como assistente empático, seja como participante, produzindo um efeito de realidade intensificado, como se o leitor/ouvinte também “vivesse” a cena em tempo

real. Desta forma, o presente atual, o de atualidade, caracteriza-se pelo enunciador distante, típico de relatos jornalísticos ou narrativas históricas, em que se reporta um fato no presente, mas sem se confundir com ele, é o presente como atualidade informativa, experimentado quase como “observação de fora”. Landowski, citado por Flores (2024, p. 114), emprega termos semelhantes ao contrastar o “presente vivido” de proximidade recíproca entre observador e acontecimento com o “presente como atualidade”, sendo a distância, onde o acontecimento é atual, mas o sujeito se coloca externamente. Essa distinção é valiosa para entender, por exemplo, a diferença entre “estar presente em um evento e assistir ao evento pela televisão ao vivo”: em ambos os casos, falamos de “presente” quando o evento ocorre agora, mas no primeiro o sujeito está integrado na situação, no presente vivido, enquanto no segundo ele está separado por uma mediação, no presente atual, mas tele-presenciado.

Importa observar que a presença enunciativa não é estática, ela pode evoluir conforme o discurso ou a situação. Flores (2024, p. 114) enfatiza que a distância é fruto de uma tomada de posição do enunciador e não uma condição objetiva de acesso à informação. Isso significa que mesmo diante de um mesmo fato, o sujeito pode escolher conscientemente ou não um engajamento maior ou menor com o acontecimento. Além disso, a recepção de um enunciado presente pode mobilizar o enunciatário de formas diferentes: um relato distanciado pode não provocar ação, mas um relato vivido, com alta presença, pode convidar o enunciatário a uma resposta empática e até prática. Flores ilustra isso recordando os movimentos revolucionários dos anos 1960-70, em que havia um chamado à ação justamente para reduzir a distância entre o sujeito e a realidade social do presente para transformar a atualidade distante, muitas vezes filtrada pelos meios de comunicação, em experiência direta e motivadora de ação. O *slogan* era, em essência, “envolva-se agora para mudar o presente”. Esse envolvimento implicava tornar o presente algo vivido intensamente pelo sujeito, de modo a gerar compromisso.

Na conclusão de seu estudo, Flores (2024, p. 125) observa que as construções discursivas no presente, sejam enunciadas em tempo presente ou enunciadas com indicativo de presença, colocam em jogo um mesmo conjunto de categorias semióticas: acessibilidade sensorial, distância, cognição, presença e crença. Cada uma dessas categorias pode estar mais ou menos presente mesmo gradualmente, situando os sentidos produzidos num eixo que vai da presença em um cenário de ação até a narração distanciada desse episódio. Ao longo desse eixo contínuo, o enunciador pode ser interpelado pela situação narrada, ou seja, teoricamente está sempre em possibilidade de se envolver ou de permanecer alheio. E mesmo quem inicialmente está distante pode, mediante um movimento empático, aproximar-se da cena e sentir-se compelido a agir, algo que Flores descreve como uma convocação imperativa da modalidade epistêmica, ou seja, uma interpelação do saber que exige resposta. Em casos extremos, quando o presente atual passa a ser sentido como urgente e pessoal, o enunciador deixa de ser neutro e passa a intervir ativamente. Nesse momento, a atualidade torna-se experiência e o ato de narrar ou de testemunhar deixa de ser “neutro” para se converter em um ato comprometido (Flores, 2024, p. 125).

Em outros termos, a temporalidade enunciativa evidencia que o “presente” é uma construção que depende do posicionamento do sujeito: se ele está dentro ou fora, se age ou apenas observa, se sente ou apenas sabe. Essa construção sensibiliza a maneira como passado e futuro são articulados no discurso, pois é a partir desse presente enunciativo que se projeta um antes, como memória, passado narrado, e um depois, como expectativa, futuro imaginado.

DO PASSADO COMO HERANÇA AO FUTURO COMO PROMESSA OU AMEAÇA

Ao estudarmos as configurações semióticas do tempo, torna-se claro que o passado e o futuro não são polos isolados, são, contrariamente, um

significado em função do outro. O passado muitas vezes comparece nos discursos como herança: legado cultural, experiência acumulada, tradição ou memória que é trazida ao presente e que, implícita ou explicitamente, orienta o futuro. O futuro, por sua vez, pode aparecer como promessa, quando encarado positivamente, como algo a ser realizado de acordo com um anseio ou projeto; ou como ameaça, quando visto negativamente, associado a risco ou apreensão. A expressão “o passado como expressão do futuro” pode ser entendida, assim, em pelo menos duas acepções: (1) o passado exprime o futuro na medida em que fornece os significados, os sentidos e as lições que serão usadas para imaginar ou moldar o porvir; (2) o futuro se expressa a partir do passado quando as expectativas, esperanças ou temerosas, nada mais são do que projeções elaboradas com base em experiências pretéritas.

Em uma sequência hipotática, o passado funciona como estado inicial ou como competência prévia que pode ou não habilitar as ações futuras. Todo percurso narrativo canônico se estrutura em esquemas estruturais onde há um estado de destituição ou contrato inicial fornecido pelo passado, seguido de um percurso de transformação que visa um estado futuro, como, por exemplo, o de realização de uma busca. Nesse caminho, pode-se dizer que o passado “contém” o princípio do futuro, tanto como falta a ser preenchida quanto como promessa a ser cumprida. Por exemplo, em um conto tradicional, um herói recebe de seus ancestrais uma missão ou um objeto mágico, herança do passado, que será fundamental para cumprir sua jornada no futuro, promessa de sucesso, que faz do passado sustentáculo que informa as condições do futuro. Do ponto de vista semiótico, isso é estruturado pelos programas narrativos: o programa narrativo de base estabelece uma destinação, ou seja, uma herança, uma injunção do passado, e o programa narrativo de uso realiza essa destinação ou percurso rumo ao futuro.

Em discursos sociais, o passado frequentemente é invocado como justificativa ou aprendizado. Frases como “devemos lembrar os erros do passado para

não os repetir no futuro” indicam uma construção onde o passado é colocado como timoneiro do futuro – a história forneceria um repertório de exemplos que exprimem o que esperar e como agir. Nesse caso, o passado é uma expressão do futuro no sentido de que a herança negativa, como erros ou traumas, deve servir de aviso para moldar um futuro melhor pela promessa de “nunca mais isto acontecer”. Landowski (2021, p. 315) exemplifica isso ao comentar a reação de parte da sociedade diante da pandemia: ao dizer “Nunca mais isto!”, pressupõe-se que o sofrimento passado é a garantia de uma mudança futura de comportamento ou de valores. Trata-se de uma lógica profética de redenção: o passado doloroso é ressignificado como condição e promessa de regeneração do corpo social no porvir. Aqui, claramente, o passado atua como expressão positiva do futuro, uma vez que ele é interpretado como um sinal de que o futuro trará dias melhores porque “aprendemos a lição”. Esse raciocínio, entretanto, foi criticado por Landowski (2021, p. 315) pela necessidade de base empírica e potencialmente por servir para perpetuar ilusões. Ainda assim, como fato de discurso, é notório o quanto sociedades atribuem sentido ao futuro a partir de narrativas do passado: pense-se na ideia de “herança como promessa” presente em ideologias de progresso, em que cada geração se imagina construindo um futuro mais bem sustentado nos esforços herdados das gerações anteriores ou mesmo em discursos nacionalistas, onde glórias ou sofrimentos pretéritos são evocados como profecias para o destino da nação.

Por outro lado, o passado pode expressar um futuro ameaçador quando entra em funcionamento pelo significado da repetição ou do retorno do reprimido. Por exemplo, em contextos políticos, é comum o alerta: “se não tomarmos cuidado, poderemos reviver os horrores do passado”. Nessa formulação, eventos passados, como guerras, conflitos, ditaduras, crises econômicas etc., são tomados como modelos negativos que projetam uma sombra sobre o futuro: a ameaça de recair no “mesmo erro”. Aqui, no lugar da promessa esperançosa, tem-se uma profecia sombria: o passado expressa o futuro no sentido de que o futuro será uma repetição do passado

trágico se não houver mudança. Muitos discursos preventivos ou de medo social operam dessa forma, fazendo analogias históricas. Semioticamente, isso se relaciona à modalidade do perigo ou do proibido, ou seja, algo no passado adquiriu a modalidade de dever-não-fazer no futuro, pois sua repetição é indesejável. O passado torna-se um contraexemplo a guiar o porvir pelo medo.

Entre a utopia e a distopia, há também a visão do futuro como promessa não cumprida do passado. Quando um projeto do passado fracassa ou fica inacabado, ele pode assombrar o futuro como algo que deveria ter sido e ainda demanda realização. Por exemplo, ideais iluministas, socialistas ou de outras naturezas que não se concretizaram plenamente podem reaparecer em discursos como dívidas do passado com o futuro. Nesse caso em particular, o passado legou não exatamente uma herança concreta, mas um dever-ser: deveríamos realizar aquilo que antepassados almejavam. O futuro, então, carrega a promessa do passado como um imperativo moral. Isso é evidente em narrativas de movimentos sociais: “os que lutaram antes de nós nos legaram a missão de continuar a luta, para que no futuro seus sonhos se cumpram”. Aqui o passado se projeta como uma exigência no futuro, quase um fantasma que cobra realização.

Se observa que, nesses processos, operam diferentes modalidades semióticas que conectam passado e futuro. Podemos identificá-las com as modalidades deônticas, epistêmicas, volitivas e doxásticas do discurso: dever, poder, saber, querer, crer etc., aplicadas temporalmente. Por exemplo, quando dizemos “Nunca mais isto!”, estamos enunciando um dever-não-fazer no futuro com base em uma experiência passada. Quando afirmamos “Um dia seremos melhores”, expressamos um poder-ser ou dever-ser do futuro derivado de valores passados ou presentes, como “poder-ser melhores” igual possibilidade de um futuro melhor; “dever-ser melhores” igual necessidade moral de um futuro melhor. Porém, a formulação “Se não agirmos, o passado se repetirá” mistura um dever-fazer no agir do presente para evitar um poder-ser negativo no futuro como repetição

indesejada.

No domínio da semiótica tensiva, o passado frequentemente fornece o conteúdo valorativo eufórico ou disfórico que orienta a tensão em direção ao futuro: se o passado é lembrado como eufórico, como bom ou idealizado, o futuro tende a ser projetado sob ameaça de perda, ou seja, temor de que o que era bom não volte mais, e aqui a promessa seria restaurar esse passado bom no futuro; se o passado é disfórico, ou doloroso, o futuro se projeta como algo a ser melhor, em forma de promessa de superação, ou, se temido como repetição, como algo igualmente disfórico, a ameaça de retorno do mal. Assim, o exercício semiótico entre memória e projeto envolve sistemas de valores e modalidades que dão coerência às narrativas temporais: o passado serve de base valorativa e modal para imaginar o futuro.

Para ilustrar melhor, é pertinente mencionar um exemplo concreto analisado que sintetiza essa relação: durante a pandemia de covid-19, duas narrativas sobre o futuro despontaram a partir da experiência passada, mas presente da crise. Uma narrativa, de cunho otimista e moral, via no sofrimento coletivo (passado imediato) uma promessa de renovação – “sairemos melhores, mais solidários” – ou seja, o passado doloroso se converteria em um futuro positivo (promessa). A outra narrativa, de cunho pessimista ou realista, via o futuro pós-pandemia com receio de frustração, entendendo que talvez nada mudasse ou as coisas até piorassem, mantendo-se os vícios do passado – ou seja, o passado não ensinaria nada e o futuro traria novos desastres se retornássemos simplesmente ao estado das coisas, a ameaça. Landowski (2021, p. 315) argumentou que a segunda leitura era mais plausível diante dos “indícios” observáveis, ou melhor, de seus pressupostos, mas o fato é que ambas as narrativas mostram como o mesmo passado, o da experiência pandêmica, serviu de sema para discursos de futuro distintos. Em cada caso, modalidades diferentes estão em conflito: na visão otimista, há um dever-ser futuro, a humanidade deve ser virtuosa após aprender a lição, aliado a um poder-ser, é possível melhorar; na visão crítica, salienta-se um saber-ser cético, a humanida-

de sabe que é falível e propensa a recaídas, levando a um poder-ser negativo, é bem possível que tudo volte ao normal ruim, e a um alerta de dever-fazer, devemos mudar nossas ações efetivamente, senão nada melhora.

Em poucas palavras, do passado como herança ao futuro como promessa ou ameaça delinea o espectro semiótico das temporalidades valorativas. O passado-herança pode fornecer tanto recursos positivos, conquistas ou tradições a serem mantidas, quanto negativos, erros a evitar, traumas a não se repetir, que se projetam no futuro. O futuro-promessa presentifica o imaginário do porvir como terra de realização dos potenciais positivos legados pelo passado, sejam sonhos ou aprendizagens, ao passo que o futuro-ameaça representa o imaginário do porvir como o retorno ou agravamento dos males pretéritos. A semiótica nos fornece os instrumentos para decompor essas construções: identificar as modalizações, poder, dever, querer etc., e os valores típicos, euforia ou disforia, atribuídos ao passado e ao futuro em cada discurso, mostrando uma gramática subjacente dos mitos temporais.

AS MODALIDADES DO TEMPO: PODER-SER, DEVER-SER, PODER-FAZER

A articulação entre passado e futuro pode ser entendida também por meio das modalidades “que modificam os predicados”, principalmente as relativas ao ser e ao fazer. Greimas e Courtés (2013, p. 314) definem modalização como o processo pelo qual predicados modalizadores qualificam os sujeitos e os enunciados, conferindo-lhes estatutos de possibilidade, obrigação, vontade ou conhecimento. No contexto da temporalidade, destacam-se as modalidades de poder-ser, dever-ser e poder-fazer, dado que elas estruturam aquilo que se pode dizer sobre o futuro e a capacidade de realizá-lo.

Em termos gerais, poder é um operador modal que se desdobra em dois domínios: o poder-ser e o po-

der-fazer. O poder-ser refere-se à possibilidade de um estado de coisas vir a existir ou ser verdadeiro; enquanto o poder-fazer refere-se à capacidade de um sujeito realizar uma ação (Greimas; Courtés, 2013, p. 372). São modalidades diferentes: a primeira pertence ao estado de ser/estar e a segunda a ação do fazer. Quando ouvimos “É possível chover amanhã”, nos colocamos no âmbito do poder-ser, na possibilidade de chover porque implica o estado “há chuva”; quando dizemos “Eu posso fazer chover”, no sentido de ter meios de provocá-la, estaríamos num caso hipotético de poder-fazer do sujeito que tem a capacidade de agir sobre a chuva.

Do lado do dever, poderíamos distinguir de forma análoga o dever-ser e dever-fazer. Enquanto o dever-ser indica necessidade ou obrigação quanto a um estado, “algo deve ser de tal forma”, como “deve haver justiça no futuro”, expressa um dever-ser, uma necessidade de estado; o dever-fazer indica obrigação de executar uma ação, “alguém deve fazer tal coisa”. No léxico semiótico, poder-ser e dever-ser frequentemente são associados às modalidades aléticas, possibilidade, impossibilidade, necessidade, contingência, que tratam da (in)evitabilidade ou (im)possibilidade de estados de coisas, ao passo que poder-fazer e dever-fazer associam-se às modalidades deônticas ou pragmáticas (faculdade, obrigação, proibição etc. de agir).

Greimas e Courtés (2013, p. 400) mostram que essas modalidades podem ser organizadas economicamente em sistemas semióticos, como o quadrado semiótico, para mostrar relações de contrariedade e contradição. As estruturas modais do poder-ser, projetadas em um quadrado, dão origem às categorias de possibilidade (poder-ser), impossibilidade (não poder ser), contingência (poder não ser) e necessidade (não poder não ser). De forma que as estruturas do poder-fazer, podem ser descritas em termos de liberdade (poder-fazer), impotência (não poder fazer), independência (poder não fazer) e obediência (não poder não fazer). Com isso, se pode observar que o “não poder não fazer”, com dupla negação, implica obrigação de fazer, nesse caso, obediência, se a ordem vem de fora, ou necessidade interior de

agir, dependendo do contexto. Essas combinações evidenciam que, para cada modalidade afirmativa, há negações e contraposições que estruturam o campo do possível e do necessário.

As modalidades de dever-ser e poder-ser mantêm entre si uma relação particular, ou seja, muitas vezes, uma necessidade pode ser vista como a conjunção de um dever-ser e de um não poder não ser. Em outras palavras, dizer “X é necessário” equivale a dizer “X deve ser e não pode não ser”, sugerindo que a modalidade alética de necessidade combina uma obrigação, de dever-ser, com uma impossibilidade de não ocorrer, de não poder não ser. Esse tipo de análise mostra a complementaridade entre o eixo do dever e o eixo do poder. Greimas e Courtés (2013, p. 134-372) apontam que podemos conceber as modalidades de dever e de poder como instâncias autônomas, porém complementares da modalização, sendo uma de caráter virtualizante e outra atualizante. Em outros termos, o dever projeta uma virtualidade, um estado ou ação que deveria ocorrer, nem que seja apenas como norma ideal, enquanto o poder refere-se à atualização ou efetivação, o que pode de fato ocorrer ou ser feito, dentro das possibilidades do real.

Ao aplicar essas ideias ao tempo, naquilo que falamos do futuro como promessa, geralmente envolvemos modalidades de dever-ser e dever-fazer. Prometer algo significa assumir um dever-fazer futuro, uma obrigação de realizar determinada ação, ou às vezes um dever-ser, de assegurar que um certo estado se tornará realidade. Se um governante em um discurso deliberativo promete “Haverá prosperidade”, ele enuncia um dever-ser, se comprometendo com a necessidade de alcançar esse estado, e implicitamente um dever-fazer, tomar medidas para isso acontecer. A promessa associa-se também à modalidade do querer (volitiva) e à do saber (cognitiva), mas sem dúvida a ideia de obrigação auto assumida é central. O futuro-promessa, então, situa-se no eixo do dever, enquanto o passado-herança confere a legitimidade ou motivação desse dever, como: “Por respeito aos nossos antepassados, devemos cumprir ‘essa’ meta no porvir”.

Por outro lado, o futuro como ameaça tende a relacionar-se com a modalidade de poder-ser no sentido de possibilidade negativa. Quando dizemos “Há a ameaça de que aconteça X”, estamos dizendo “É possível que X ocorra”, embora indesejado. A ameaça, semioticamente, é um poder-ser disfórico: uma possibilidade de um estado de coisas ruim. Essa expectativa, por sua vez, costuma evocar um dever-fazer de prevenção ou um não dever fazer. Vemos, novamente, as modalidades entrelaçadas, a ameaça de poder-ser negativa aciona deveres no presente para reverberar no futuro.

A modalidade de poder-fazer conecta-se ao tempo na medida em que diz respeito à capacidade de ação do sujeito histórico. Ao conceber o sujeito individual ou coletivo como agente transformador do tempo, poderia se perguntar “quem pode fazer o futuro?” Diferentes discursos atribuem o poder-fazer do futuro a diferentes actantes: alguns colocam nas mãos de um sujeito, “só aquele líder pode fazer a mudança acontecer”, outros distribuem entre o coletivo “se todos agirmos, podemos fazer um futuro melhor”, outros ainda se resignam à falta de poder “não podemos fazer nada; o futuro está fora do nosso controle”. Nesse último caso, abdica-se do poder-fazer humano e o futuro é entregue a fatalismos do destino ou mesmo de alguma divindade etc. Na semiótica discursiva, dotar um sujeito do modal poder-fazer equivale a conceder-lhe competência pragmática, sendo aquilo que o habilita a cumprir um programa que passa do virtual ao real. Portanto, discutir o poder-fazer em relação ao tempo é argumentar quem tem a competência de realizar as promessas ou evitar as ameaças do futuro.

Greimas e Courtés (2013) enfatizam que as categorias modais, embora conceitualmente distinguíveis, operam juntas nos discursos reais. Para que um evento futuro desejado ocorra, é preciso combinar: querer-fazer (intenção), saber-fazer (conhecimento), poder-fazer (capacidade) e muitas vezes dever-fazer (obrigação ou mandato). Da mesma forma, para que um estado futuro seja possível, podemos precisar do poder-ser, das condições objetivas possíveis, e

do dever-ser, da necessidade normativa para que aquilo se concretize. No caso de “passado como expressão do futuro”, podemos reinterpretar a frase à luz das modalidades: o passado expressa comandos de dever-ser/fazer, “dever ser como antes” ou “dever fazer melhor” ou possibilidades de poder-ser, “pôde ser assim antes, logo pode ser de novo” para o futuro.

Para concluir, podemos dizer que as modalidades do tempo estruturam o jogo entre destino e agência. Poder-ser e dever-ser delineiam os contornos do destino, aquilo que pode ou deve acontecer, independentemente da vontade de alguém, ao passo que poder-fazer devolve a agência aos sujeitos, ou o que está em seu poder realizar. A semiótica nos permite mapear esses elementos nos discursos, identificar onde o futuro é tratado como fatalidade, redundando em “vai ser” – necessário ou provável – sem poder-fazer do sujeito, e onde é tratado como construção, exigindo o “fazer” para que “seja”. Ao cruzar essas categorias com as reflexões delineadas, nota-se que a promessa do futuro enfatiza tanto um dever, de dimensão deontica, quanto um poder-fazer, alguém deve e pode cumpri-la, enquanto a ameaça do futuro enfatiza uma possibilidade alética negativa que demanda um dever-fazer (evitar) e muitas vezes evidencia a insuficiência ou urgência do poder-fazer disponível. Assim, poder-ser, dever-ser e poder-fazer são modalidades indispensáveis para compreender como projetamos o futuro a partir do passado e do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida ao longo deste artigo nos permite afirmar que, na perspectiva semiótica, o tempo é uma construção simbólica complexa, onde passado e futuro estão em diálogo contínuo mediado pelo presente. Longe de serem categorias absolutas, passado e futuro figuram como efeitos de sentido produzidos por operações discursivas como temporalização, modalização, actorialização e por posicionamentos enunciativos de presença e distância do sujeito.

Depois de analisar diversos aspectos teóricos, podemos interpretar “o passado como expressão do futuro” da seguinte maneira: o passado “expressa” o futuro porque os conteúdos e valores oriundos do passado servem de significantes, significados ou modelos pelos quais projetamos o que está por vir. Em termos semióticos, o passado oferece um léxico de narrativas e modalidades, como lições históricas, memórias afetivas, tradições culturais, traumas coletivos, que são mobilizados para dar sentido ao futuro, o pintando com as cores da promessa ou com as sombras da ameaça. Ao mesmo tempo, essa projeção diz muito sobre o presente, uma vez que é no presente enunciativo que decidimos como olhar o passado e o que desejar ou temer para o futuro. Desta maneira, cada sociedade e cada discurso, a partir de seu “agora”, seleciona aspectos do passado que julga relevantes, como heranças, noções de causa, continuidade ou ruptura, e lhes atribui um valor modal em relação ao futuro, como algo que deve ou não continuar, algo que pode ou não se repetir ou ainda algo que queremos transformar etc.

A semiótica contribui de forma valiosa para essa compreensão porque fornece as bases para entender a construção interna do tempo no discurso, a temporalidade como efeito de linguagem, estruturada por mecanismos narrativos e modais. Landowski se dirigiu para a dimensão social e pragmática do tempo, como diferentes “escalas” e situações (paz vs. guerra, normalidade vs. crise) implicam diferentes regimes de produção de sentido, e como tendemos a buscar significados, muitas vezes ilusórios, para eventos aleatórios a fim de integrá-los em narrativas temporais compreensíveis. Flores, por sua vez, aprofundou na dimensão enunciativa, mostrando que tempo e presença são indissociáveis: o modo como o sujeito se coloca em relação ao mundo determina se o tempo é vivido, contado, distanciado ou experienciado, influenciando inclusive se transformamos a atualidade em ação.

Desse percurso, afloram algumas tessituras conceituais comuns. Uma delas é a ideia de relação temporal: não há passado “em si” ou futuro “em si”,

mas sim relações passado-presente-futuro que são continuamente reconfiguradas. Um mesmo acontecimento pode ser passado em um discurso, presente ou futuro em outro, dependendo de onde são situados o enunciador e qual história se desenrola. Outra tessitura é a da modalidade: ao se falar de tempo, invariavelmente se fala em possibilidade, necessidade, obrigação, capacidade, isto é, modulamos o tempo com modos de ser e fazer. Isso é evidente em expressões cotidianas, como “poderia ter sido diferente” na modalização do passado; “tem de melhorar amanhã” na modalização do futuro.

Por fim, cabe destacar a relevância de pensar o tempo semiótico no mundo contemporâneo. Vivemos numa era em que passado e futuro parecem se encurtar – fala-se em aceleração do tempo histórico, em excesso de memória (big data, registros digitais) e simultaneamente em ansiedade em relação ao futuro (climático, tecnológico, político). Nesse cenário, compreender as narrativas temporais torna-se fundamental. A semiótica oferece instrumentos para decifrar, por exemplo, discursos políticos que evocam um passado idealizado para prometer “futuros novamente grandiosos”, ou discursos midiáticos que instauram um presente contínuo de notícias efêmeras (a “atualidade” que substitui a memória e esvazia a projeção de longo prazo). Entender o tempo como linguagem nos dá, portanto, uma postura crítica: em vez de tomarmos passado, presente e futuro como dados naturais, passamos a vê-los como construções argumentativas e ideológicas que podem ser questionadas e transformadas.

Desta forma, *o passado como expressão do futuro* não é um paradoxo, mas a essência mesma da experiência temporal humana tal como abordada pela semiótica onde se constrói o sentido do que virá com os fios do que já veio, e nessa tessitura o presente é tanto tear quanto tapeceiro – o lugar e o agente da enunciação do tempo. Ao reconhecer isso, se abre espaço para intervir conscientemente nessas narrativas: escolher quais heranças do passado enfatizar, quais promessas fazer ao futuro e, principalmente, quais ações empreender agora no poder-fazer para que os futuros possíveis se tornem futuros realizá-

veis e desejáveis, evitando as ameaças que se quer repetir. Em suma, compreender a semiótica do tempo nos lembra de nossa responsabilidade semiótica enquanto sujeitos: somos, simultaneamente, herdeiros do ontem e autores do amanhã.

REFERÊNCIAS

BERGSON, H. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Trad. Maria Adriana Camargo Cappello. São Paulo: Edipro, 2020.

FONTANILLE, J. *Les espaces subjectifs*. Paris: Hachette, 1989.

FLORES, R. Presencia presente, presente presencial. *Acta Semiotica*, v.4, n.8, 2024, p. 115-127. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/j6SqkW>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LANDOWSKI, E. Escalas do tempo. *Acta Semiotica*, n.2, 2021, p. 307-317. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/NBzMM3>. Acesso em: 31 jul. 2025.